INVESTIGAÇÃO / Tribunal de Contas da União veda a Bolsonaro usar, dispor ou alienar os itens recebidos da Arábia Saudita que estão em poder dele. Corte vai ouvir o ex-presidente e o ex-ministro Bento Albuquerque

TCU proíbe venda de joias

» TAÍSA MEDEIROS
» MARIANA ALBUQUERQUE*

Isac Nóbrega/PR



Depois de negar ter recebido as joias, Bolsonaro confirmou estar com os itens e passou a argumentar que os bens são de "caráter personalíssimo"

O ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), proibiu o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) de vender, usar ou dispor das **joias** que estão com ele, recebidas da Arábia Saudita, até que as investigações referentes ao caso sejam finalizadas.

A decisão liminar (de caráter temporário) foi concedida pelo relator do caso após pedido do Ministério Público junto ao TCU e da deputada Sâmia Bomfim (PSol-SP).

A Corte apura se houve, por parte de Bolsonaro, tentativa de descumprir as regras de entrada de bens no país. Conforme a decisão, o ex-presidente deverá preservar "intacto, na qualidade de fiel depositário" todo o acervo de adornos até a conclusão do processo.

"Considerando o elevado valor dos bens envolvidos e, ainda, a possível existência de bens que estejam na posse de Jair Bolsonaro, entendo importante determinar que o responsável preserve intacto, na qualidade de fiel depositário, até ulterior deliberação desta Corte de Contas, abstendo-se de usar, dispor ou alienar qualquer peça oriunda do acervo de joias objeto do processo em exame", diz o documento.

Segundo a decisão, "o TCU informa que adotou as medidas necessárias para o saneamento dos autos por meio de realização de diligência à Polícia Federal e à Receita Federal". Além disso, o ministro Nardes solicitou que seja colhido o depoimento de Bolsonaro e do ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque.

Um dos conjuntos de joias, avaliado em R$ 16,5 milhões, foi apreendido pela Receita Federal no aeroporto de Guarulhos, em 26 de outubro de 2021. O material estava na mochila de um assessor do então ministro Bento Albuquerque. Um segundo pacote, no entanto, não foi retido pela fiscalização e está com Bolsonaro.

Remarcados

O depoimento de Bento Albuquerque à Polícia Federal, previsto para ontem, foi remarcado para a próxima terça-feira.

Um vídeo obtido pela TV Globo mostra o momento em que o então ministro tentou liberar as joias retidas, no mesmo dia em que elas foram apreendidas. "Isso tudo vai entrar lá para a primeira-dama", alegou aos fiscais.

No registro, gravado no Aeroporto de Guarulhos, o então assessor de Bento Albuquerque, Marcos André Soeiro, conversa com um auditor da Receita Federal. Quando ele foi questionado sobre de quem seriam as joias, disse que eram "um presente do príncipe regente da Arábia Saudita para o ministro". A data do depoimento de Soeiro, que também seria ouvido ontem, ainda não foi remarcada.

O presente foi supostamente enviado para a então primeira-dama Michelle Bolsonaro. Desde outubro de 2021 até o fim do ano passado, o governo Bolsonaro tentou por repetidas vezes reaver o conjunto de colar e brincos.

Receita

O Ministério Público Federal (MPF) recebeu informações coletadas pela Receita a respeito das joias. A documentação foi enviada no fim da tarde de quarta-feira, após uma reunião da aduana de Guarulhos com o MPF.

Em seguida, o órgão define as linhas de investigação do inquérito. Não há prazo estabelecido para isso acontecer.

A Receita havia pedido 20 dias para mandar as informações solicitadas, mas acabou antecipando o envio do material. O caso seguirá em sigilo.

Em outra frente, a Comissão de Transparência do Senado investigará a possível relação entre a venda de uma refinaria na Bahia e as joias.

*** Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa**

> **Que preserve intacto, na qualidade de fiel depositário, até ulterior deliberação desta Corte de Contas, abstendo-se de usar, dispor ou alienar, todo o acervo de joias objeto do processo em exame"**
>
> **Trecho da decisão de Nardes,** numa referência a Bolsonaro

Ironia

O governo Lula, em postagem por meio das redes oficiais da Secretaria de Comunicação Social do Planalto, ironizou, ontem, o escândalo das joias milionárias que envolvem o ex-presidente Jair Bolsonaro e a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Na postagem, o órgão alerta os contribuintes sobre a declaração do Imposto de Renda e questiona: "E aí, tudo joia?". A abordagem chamou a atenção dos internautas, que disseram ter entendido a "referência". A publicação ainda cita que a Receita Federal já disponibilizou o programa para realização das declarações, e os comentários citam o caso envolvendo o ex-chefe do Executivo.

Processo no TSE

O corregedor-geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Benedito Gonçalves, pediu autorização ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para ouvir o ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres em ação que pode tornar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) inelegível.

Bolsonaro é investigado por ataques ao sistema eleitoral, realizados em reunião com embaixadores no Palácio da Alvorada em julho do ano passado. O corregedor quer ouvir Torres a respeito do seu eventual envolvimento na reunião e sobre as circunstâncias relativas à chamada "minuta de golpe" apreendida em sua casa pela Polícia Federal. A inclusão do documento como prova contra Bolsonaro na investigação foi aprovada por unanimidade pelo TSE no mês passado.

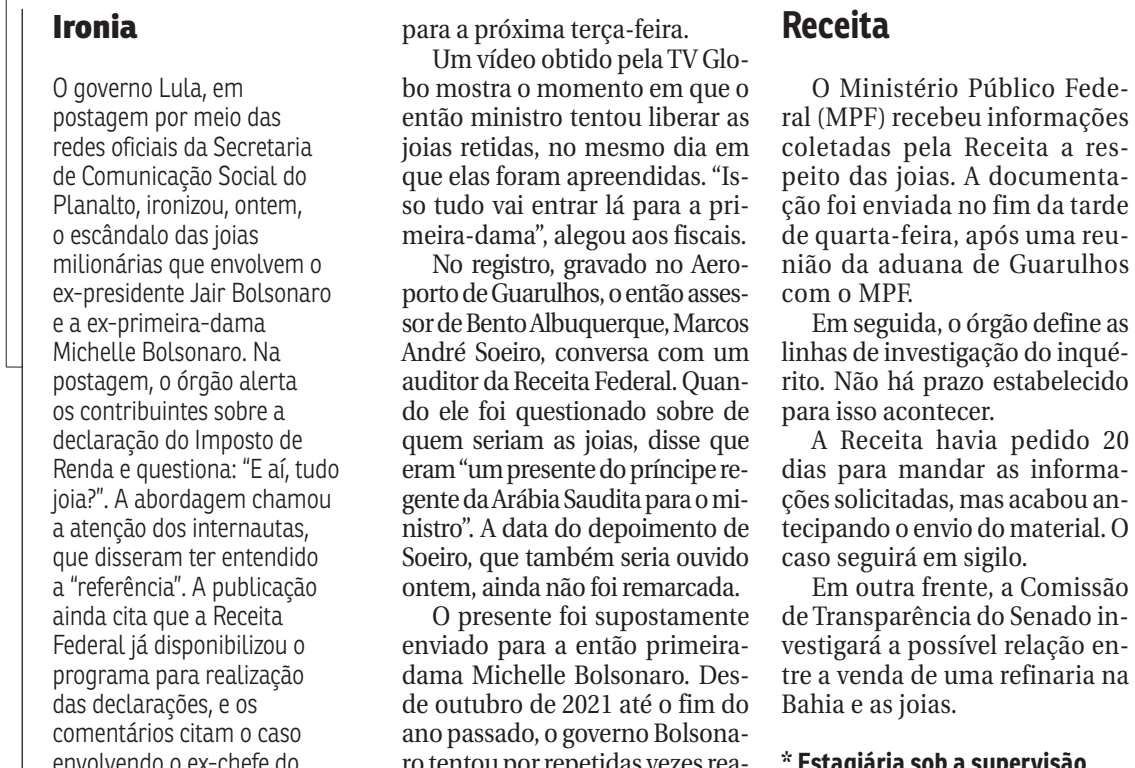
Se autorizada, a oitiva deve ser realizada em 16 de março, por videoconferência. O depoimento depende do aval de Moraes porque Torres está preso no âmbito de inquérito sob sua relatoria. O ex-secretário é suspeito de omissão na condução das forças de segurança pública em 8 de janeiro, quando extremistas invadiram e depredaram as sedes dos três Poderes em Brasília.

Gonçalves marcou para o mesmo dia, na sede do TSE, depoimentos do coronel Eduardo Gomes da Silva e os servidores da Polícia Federal Ivo de Carvalho Peixinho e Mateus de Castro Polastro.

No âmbito dessa investigação, que é a mais avançada entre as 16 Ações de Investigação Eleitoral (Aijes) que tramitam contra Bolsonaro na Corte eleitoral, também já foi ouvido o ex-ministro da Casa Civil Ciro Nogueira.

Governador tem bens bloqueados

Jefferson Rudy/Agência Senado



Cameli disse que está à disposição das autoridades e que "reafirma sua confiança na Justiça"

O governador do Acre, Gladson Cameli (PP), foi alvo, ontem, de nova fase da Operação Ptolomeu, da Polícia Federal, que investiga suspeita de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo a cúpula do governo do estado.

Por ordem do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Cameli teve bens e o passaporte apreendidos. A Corte determinou a indisponibilidade de R$ 120 milhões, entre imóveis, carros e aeronaves.

Os investigadores apuram suspeitas de fraude em contratos, pagamento de vantagens indevidas, lavagem de capitais e enriquecimento ilícito.

Cameli disse que está à disposição das autoridades e que "reafirma sua confiança na Justiça para que a verdade prevaleça".

A nova fase ostensiva da Ptolomeu mobilizou cerca de 300 agentes para cumprir 89 mandados de busca e apreensão em endereços do Acre, Piauí, Goiás, Paraná, Amazonas, Rondônia e Distrito Federal. As diligências foram executadas nas cidades de Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Brasiléia (AC), Manaus, Porto Velho, Brasília, Teresina, São Paulo, Curitiba, Chapadão do Céu e Luziânia (GO).

As imagens das diligências mostraram viaturas da PF em frente a órgãos como a Secretaria de Estado de Obras Públicas, a Casa Militar e o Departamento Nacional Estradas Rodagem do Acre. Segundo a Polícia Federal, a operação "busca o ressarcimento de parte dos valores desviados dos cofres públicos". A Controladoria-Geral da União ressaltou que os desvios se deram no bojo de obras de infraestrutura e manutenção de unidades de saúde e escolas.

A ministra Nancy Andrighi, relatora do inquérito no STJ, também determinou a suspensão de atividades econômicas de 15 empresas sob suspeita e impôs medidas cautelares diversas da prisão — suspensão do exercício da função pública, proibição de acesso a órgãos públicos, impedimento de contato entre investigados e proibição de se ausentar do país, com a entrega de passaportes no prazo de 24 horas.

De acordo com a CGU, as ordens decretadas incluem: 21 sequestros de bens; 31 afastamentos de cargo ou função pública; 57 proibições de contato e acesso a órgão público; 57 entregas de passaportes; 70 quebras de sigilo bancário e fiscal.

A ofensiva é um desdobramento das primeiras duas fases da investigação, nas quais a PF identificou "organização criminosa, controlada por agentes políticos e empresários ligados ao Poder Executivo estadual acriano, que atuavam no desvio de recursos públicos, bem como na realização de atos de ocultação da origem e destino dos valores subtraídos".

Segundo a CGU, a quadrilha sob suspeita fraudava contratações públicas no Acre com recursos da saúde, da educação e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), relacionadas à execução de obras de infraestrutura e serviços de manutenção predial.

Os investigadores apuram supostas fraudes em contratações, superfaturamento de contratos, pagamento vantagens indevidas e lavagem de capitais para promover o enriquecimento ilícito de servidores públicos.

Barroso sai da UTI

Antonio Augusto/secom/TSE



O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), deixou a UTI, ontem, e foi para o quarto, mas segue em observação médica e sem previsão de alta, de acordo com sua assessoria. Ele estava internado na UTI do Hospital Sírio-Libanês em Brasília, após realizar duas cirurgias de emergência no aparelho digestivo. A assessoria da Corte informou mais cedo que a "recuperação do ministro segue dentro do esperado". Barroso já havia sido hospitalizado no fim de fevereiro para tratar uma hérnia incisional, resultado de uma cirurgia anterior. O magistrado chegou a participar por videoconferência da sessão plenária de 1º de março. Depois, no entanto, teve dois episódios de obstrução intestinal, que exigiram dois novos procedimentos.